



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL
ENTIDADE 1 – PREFEITURA MUNICIPAL
GESTOR A ÉPOCA

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO
ENTIDADE 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
(Art. 9º, 14, §1º da Instrução Normativa N.TC-20/2015 TCE/SC)
ANEXO V

Município de Sul Brasil, dezembro de 2017.

ANEXO V

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

Trata-se de informações gerais sobre a unidade e seus respectivos responsáveis.

a) Informações Gerais:

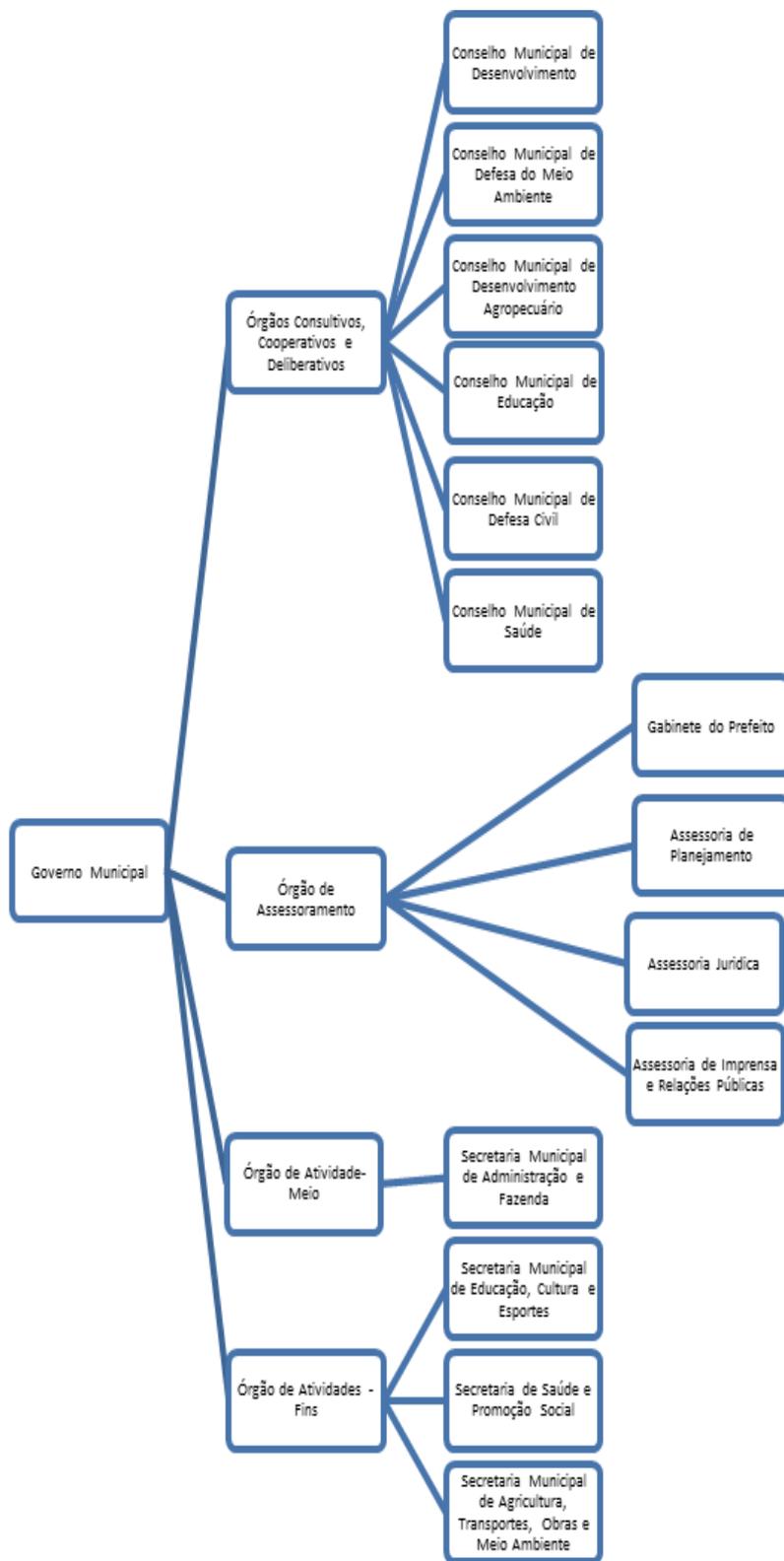
Entidade:	MUNICÍPIO DE SUL BRASIL
CNPJ:	95.990.107/0001-30
Endereço:	Avenida Doutor José Leal Filho, 589, Centro, Sul Brasil/SC.
Telefone:	(49) 33670030
E-mail:	sulbrasil@sulbrasil.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	http://www.sulbrasil.sc.gov.br

(Fonte: Município de Sul Brasil)

b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo/ Função	Período de gestão	Ato Nomeação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	e-mail
Prefeito Gestor	Éder Ivan Marmitt	028.804. 959-46	Prefeito Gestor a época	2017 / 2020	Termo de Posse Prefeito e Vice- Prefeito 01/01/2013	Fim do Mandato. 31/12/2020	Rua Vereador Abel Sauer, s/n, centro, Sul Brasil/SC.	prefeito @ sulbrasil. sc. gov.br
Vice-Prefeito	Vanderlei Gallina	743.230. 400-91	Vice- Prefeito	2017 / 2020	Termo de Posse Prefeito e Vice- Prefeito 01/01/2017	Fim do Mandato. 31/12/2020	Rua Presidente Juscelino, s/n, centro, Sul Brasil/SC	
Agente de Controle Interno	Elisandra Albani	045.864. 809-47	Agente de Controle Interno	2017	Decreto nº.039/2013		Rua Presidente Juscelino, 1132, centro, Sul Brasil/SC.	Elisandr a@sulbr asil.sc.g ov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:



Fonte: Lei Municipal nº.001/1995

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

O Município de Sul Brasil foi criado pela Lei nº.8.535, de 26 de setembro de 1991 pela

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Sendo desmembrado do município de Modelo/SC.

Sua organização administrativa foi convencionada pela Lei Municipal nº.001/93, de 05 de janeiro de 1993, onde apresenta o poder executivo municipal que é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelo Vice- Prefeito e Secretários Municipais, todos com atribuições e competência definidas, e a administração municipal a qual compreende a administração direta constituída pelos servidores integrados na Estrutura Administrativa da Prefeitura e a Administração Indireta que compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que venham a ser criadas.

A Administração Municipal abrange princípios que norteiam as atividades do Governo Municipal, tais como, planejamento, execução e coordenação, tendo como instrumentos o controle, a delegação de competência ou atribuições e a descentralização.

O planejamento é o instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros da Prefeitura Municipal. Compreende ainda na elaboração e manutenção atualizada de instrumentos básicos como, plano diretor, orçamento plurianual de investimentos, lei de diretrizes orçamentárias, orçamento-programa anual, programação financeira anual de desembolso e programa anual de trabalho. Sua elaboração deverá estar em inteira consonância com os planos e programas da União e do Estado. Assim como, a elaboração e execução observará o critério de prioridade, segundo a essencialidade da obra, serviço ou do atendimento do interesse coletivo.

A execução é um ato coletivo ou singular, obedecendo aos preceitos legais e as normas regulamentares, sempre observando os critérios de organização, racionalização e produtividade. Já a coordenação será exigida em todos os níveis da administração, mediante atuação das chefias individuais, realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo.

O Município / Administração Pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procura satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, dentre outras áreas. Em outras palavras, Administração Pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

Aborda-se neste capítulo informações relacionadas a gestão orçamentária e financeira da Unidade, relativo ao exercício de 2017, com a identificação dos programas de governo, a comparação das metas fiscais e financeiras previstas e as realizadas.

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Programas e ações		Previsão		Execução Exercício 2017		Diferenças			
Cód	Função, subfunção, Programa / ação	Física	Financeira PPA 2013-2017	Física	Financeira	Física		Financeira	
						Nominal	%	Nominal	%
0.001	Contribuição para o PASEP	48	463.000,00	12	127.627,41	36	75,00%	335.372,59	72,43%

2.001	Manutenção das Atividades Legislativas	160	1.789.000,00	40	457.290,86	120	75,00%	1.331.709,14	74,44%
2.002	Fiscalização de Atos da Administração	16	100.000,00	0	0,00	16	100,00%	100.000,00	100,00%
2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica	4	1.697.000,00	1	455.531,66	3	75,00%	1.241.468,34	73,16%
2.004	Manutenção do Sistema de Controle Interno	48	302.200,00	12	74.745,82	36	75,00%	227.454,18	75,27%
2.054	Manutenção do Conselho Tutelar	100	164.000,00	25	82.517,61	75	75,00%	81.482,39	49,68%
2.005	Gerenciamento Geral do Município	48	1.688.400,00	12	465.665,52	36	75,00%	1.222.734,48	72,42%
2.006	Manutenção geral do Patrimônio Público Municipal	24	417.400,00	6	115.726,38	18	75,00%	301.673,62	72,27%
2.007	Manutenção dos Convênios de Trânsito e Rádio Patrulha com a SSP/SC	8	109.960,00	2	15.048,84	6	75,00%	94.911,16	86,31%
2.043	Realização de festividades de emancipação político administrativo	4	160.000,00	1	49.558,37	3	75,00%	110.441,63	69,03%
2.008	Controle do Cadastro Imobiliário e Econômico	5.600	340.100,00	1400	88.925,62	4200	75,00%	251.174,38	73,85%
2.009	Arrecadação, pagamentos e Arquivamentos	40.000	280.800,00	10000	78.777,53	30000	75,00%	202.022,47	71,95%
2.010	Registro dos Atos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais	240.000	588.200,00	60000	147.581,97	180000	75,00%	440.618,03	74,91%
2.011	Contribuição às entidades municipalistas	12	546.300,00	4	167.617,00	8	66,67%	378.683,00	69,32%
1.010	Aquisição de veículo para transporte escolar	1	161.000,00	0	0,00	1	100,00%	161.000,00	100,00%
1.011	Manutenção da Creche	564	1.844.186,88	141	615.219,40	423	75,00%	1.228.967,48	66,64%
1.028	Ampliação e Reformas de Salas de Aula	200	633.428,76	50	227.617,04	150	75,00%	405.811,72	64,07%
2.012	Manutenção do Ensino Fundamental	8	3.067.288,11	2	1.071.890,85	6	75,00%	1.995.397,26	65,05%
2.013	Transporte Escolar	1.400	2.039.408,96	350	525.542,19	1050	75,00%	1.513.866,77	74,23%
2.014	Alimentação Escolar	332.000	480.000,00	83000	121.548,53	249000	75,00%	358.451,47	74,68%
2.015	Ensino Infantil	620	1.152.200,00	155	271.382,50	465	75,00%	880.817,50	76,45%
2.016	Ensino Especial	56	314.000,00	14	82.132,20	42	75,00%	231.867,80	73,84%
2.017	Auxílio a Universitários	4	252.000,00	1	16.320,00	3	75,00%	235.680,00	93,52%
2.018	Auxílio a estudantes de nível técnico profissionalizante	40	50.000,00	10	3.060,00	30	75,00%	46.940,00	93,88%

1.012	Construção e Mobiliário de Centro de Eventos	1400	663.571,13	0	0,00	1400	100,00%	663.571,13	100,00%
1.026	Construção de Dependência Esportivas Interior	1	351.000,00	1	180,85	0	0,00%	350.819,15	99,95%
2.019	Eventos, atividades esportivas e lazer	3.800	878.000,00	950	188.674,84	2850	75,00%	689.325,16	78,51%
2.020	Atividade Culturais	12.000	340.000,00	3000	88.304,91	9000	75,00%	251.695,09	74,03%
1.027	Aquisição de veículos	2	32.000,00	0	0,00	2	100,00%	32.000,00	100,00%
2.029	Atendimento ao disposto no estatuto da Criança e Adolescente	460	40.000,00	115	4.000,00	345	75,00%	36.000,00	90,00%
2.030	Atendimento a Terceira Idade	1.700	366.230,00	425	33.935,08	1275	75,00%	332.294,92	90,73%
2.031	Assistência Comunitária	6.600	87.750,00	1650	13.752,93	4950	75,00%	73.997,07	84,33%
2.032	Atendimento ao Programa PETI	660	75.840,00	0	0,00	660	100,00%	75.840,00	100,00%
2.033	Atendimento ao Programa PAIF/IGD	2.600	747.060,00	650	168.339,69	1950	75,00%	578.720,31	77,47%
2.034	Atendimentos, socorros e emergência envolvendo menores	150	44.000,00	4	2.000,00	146	97,33%	42.000,00	95,45%
2.053	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social	4	430.000,00	1	204.576,99	3	75,00%	225.423,01	52,42%
1.005	Construção e Equipamentos Abatedouro de Frangos	1	35.000,00	1	4.180,00	0	0,00%	30.820,00	88,06%
1.006	Equipamentos para agroindústrias e grupos de agricultores	1	342.000,00	0	0,00	1	100,00%	342.000,00	100,00%
1.024	Ampliação de Patrulha Agrícola Mecanizada	3	1.879.000,00	1	196.050,02	2	66,67%	1.682.949,98	89,57%
2.044	Programa de melhoramento genérico	35.000	418.000,00	8750	102.595,72	26250	75,00%	315.404,28	75,46%
2.045	Patrulha Agrícola Mecanizada	2.400	3.781.447,40	600	1.055.248,67	1800	75,00%	2.726.198,73	72,09%
2.046	Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos	4	140.000,00	0	0,00	4	100,00%	140.000,00	100,00%
2.047	Saneamento básico rural	600	18.000,00	0	0,00	600	100,00%	18.000,00	100,00%
2.048	Preservação Ambiental	20	40.000,00	5	420,00	15	75,00%	39.580,00	98,95%
2.049	Assistência Técnica	2.400	1.268.000,00	0	286.607,28	2400	100,00%	981.392,72	77,40%
2.050	Fornecimento de sementes e mudas	3.200	265.000,00	125	70.000,00	3075	96,09%	195.000,00	73,58%
2.051	Incentivo a hora máquina para empreendimentos agropecuários	5.000	575.000,00	1250	150.000,00	3750	75,00%	425.000,00	73,91%

1.003	Pavimentação de Estradas Vicinais	8	1.160.000,00	0	50.000,00	8	100,00%	1.110.000,00	95,69%
1.014	Ampliação de rede de captação e distribuição de água	1	3.880.000,00	1	4.000,00	0	0,00%	3.876.000,00	99,90%
1.015	Manutenção e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário	10	1.226.000,00	2,5	104.968,12	7,5	75,00%	1.121.031,88	91,44%
1.016	Ampliação de programa de geração de emprego e renda	8	900.100,00	1	3.847,79	7	87,50%	896.252,21	99,57%
1.018	Ampliação do Parque Rodoviário Municipal	3	3.125.000,00	0	0,00	3	100,00%	3.125.000,00	100,00%
2.041	Manutenção e conservação da sinalização	80	72.000,00	20	5.705,05	60	75,00%	66.294,95	92,08%
2.042	Conservação de estradas vicinais	900	4.968.906,10	225	1.234.776,42	675	75,00%	3.734.129,68	75,15%
1.004	Pavimentação de vias urbanas	152000	1.666.900,70	38000	166.822,34	114000	75,00%	1.500.078,36	89,99%
1.019	Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura	3	146.000,00	0	0,00	3	100,00%	146.000,00	100,00%
1.020	Construção de Passeios Públicos	2000	540.000,00	0	0,00	2000	100,00%	540.000,00	100,00%
1.023	Construção de Casa Mortuária	1	475.000,00	0	0,00	1	100,00%	475.000,00	100,00%
1.025	Implantação Programa Cidade Digital	1	69.000,00	0	0,00	1	100,00%	69.000,00	100,00%
2.035	Manutenção de ruas, passeios e praças públicos	80	781.570,00	20	101.737,62	60	75,00%	679.832,38	86,98%
2.036	Manutenção das repetidoras de sinais de TV e Telefonia Rural	4	20.000,00	1	3.639,00	3	75,00%	16.361,00	81,81%
2.037	Manutenção do sistema municipal de distribuição de água	4	1.100.000,00	1	266.929,18	3	75,00%	833.070,82	75,73%
2.038	Manutenção de coleta de lixo, limpeza pública e aterro sanitário	40.000	410.000,00	10000	99.771,24	30000	75,00%	310.228,76	75,67%
2.039	Manutenção e melhoria da iluminação pública	4	267.910,00	1	67.015,10	3	75,00%	200.894,90	74,99%
2.040	Manutenção dos cemitérios públicos	24	40.000,00	2	17.213,35	22	91,67%	22.786,65	56,97%
1.001	Habitacões Populares Urbanas e Loteamentos Populares	50	1.393.685,35	25	11.474,80	25	50,00%	1.382.210,55	99,18%
1.002	Habitacões Populares Rurais	140	40.000,00	0	0,00	140	100,00%	40.000,00	100,00%
9.001	Reserva de Contingência	4	20.000,00	0	0,00	4	100,00%	20.000,00	100,00%

O quadro acima demonstra os programas e ações previstas no PPA-2013/2017, evidenciando os valores previstos de forma física e financeira referente os quatro anos da execução. Assim como demonstra a execução em relação ao Exercício de 2017. Já em relação às diferenças se faz um comparativo do executado em 2017 e a previsão total do PPA-2013/2017.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

O Município durante o exercício não realizou em documentos / decreto o contingenciamento de despesas para o exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

O Município durante o exercício de 2017, não obteve o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Empenhos de restos a pagar inscritos a partir do segundo ano pretérito ao da prestação de contas	Motivos / valor
Restos a pagar processados:	
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	Vencimento no dia 20/01/2018 121.298,69
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	Vencimento no dia 25/01/2018 7.445,44
Empresa de Transporte Suletur	232,00
IRRF e INSS retidos e não recolhidos	141,11
Total	129.117,55
Depósitos e Cauções referentes à obra	18.883,70
Não Processados:	
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura – CIDIR	Sem medição 216.822,34
Pipis Máquinas	Trator Não Entregue 107.000,00
Ampliação Núcleo Escolar Paulo Freire	Nota não recebida 152.617,04

Fundo de Materiais	238,45
Elton José Thomas	Serviço não prestado 3.500,00
Clinica de Fonoaudiologia	Nota não recebida 720,00
INSS	Não liquidado 256,22
Total	481.154,05

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA: (Por se tratar a sua apresentação facultativo, optou-se por não apresentar - Portaria N.TC-0608/2017)

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc)	Valor Anual Transferido (Pago)
AMOSC	Contribuição	Lei	100.800,00
APAE – ESCOLA ESPECIAL MUNDINHO FELIZ	Subvenção Social	Convênio	25.200,00
CIDEMA – CONSÓRCIO INTEM. DE DESENV. ECON. SOCIAL E MEIO	Contribuição	Contrato de Rateio	28.800,00
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS	Contribuição	Lei	7.135,00
FECAM – FEDERAÇÃO CATARINENSE DOS MUNICÍPIOS	Contribuição	Lei	13.272,00
SAGA – INTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Contribuição	Lei	12.420,00
Total			187.627,00

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações

de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Despesas Liquidadas Anual			Despesa Realizada (Anual)
	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviços	
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	240.004,54	0,00	32.900,00	272.904,54
Convite	0,00	0,00	,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão Presencial	16.305,00	1.489.923,24	1.426.763,35	2.932.991,59
Pregão Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	232.993,14	532.796,66	804.205,28	1.569.995,08
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade de Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	489.302,68	2.022.719,90	2.263.868,63	4.775.891,21

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

De conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e Leis Municipais nº 74, de 17 de abril de 2015 e 1.027, de 06 de abril de 2015, os órgãos oficiais de publicação do município de Sul Brasil/SC, são:

- a) Se tratando de licitações nas modalidades Tomada de Preço, Concorrência, Leilão, Chamada Pública, são publicados: Diário Oficial dos Estados – DOE, Diário Oficial dos Municípios – DOM, jornais um com circulação regional e um com circulação municipal. Além de publicado no site do município (www.sulbrasil.sc.gov.br) e no mural público municipal.
- b) Se tratando de licitações na modalidade pregão e convite a publicação é realizada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, no site do município (www.sulbrasil.sc.gov.br) e no mural público municipal.
- c) Já os Decretos, leis, portarias e outros são publicados no Diário Oficial dos Municípios – DOM, no site do município (www.sulbrasil.sc.gov.br) e no mural público municipal.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Recomendações atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

Recomendado ao Setor de Prestação de Contas referente a necessidade de atualizar a prestação de contas do sfinge obras.	Que seja realizada a prestação de contas.	Setor de Prestação de Contas	Foi recebido por eles, com a garantia a esse setor da sua realização.	Cumprimento da Legislação.
Maior observância com as Diárias e Adiantamentos.	Foram repassados modelos de solicitações mais uma vez, assim como orientado de como realizar a prestação de contas.	Todas as Secretarias.	Receberam os modelos e informações.	Até o momento esta sendo observado o máximo possível solicitado.
Seja realizado um controle geral da frequência de todos os funcionários.	Controle geral entre os funcionários efetivos, comissionados, terceirizados e temporários.	RH	Segundo informações repassadas estão estudando.	Cumprimento da Legislação.
Maior observância nas compras diretas, para que sejam realizadas somente com a apresentação de três orçamentos.	Que seja observada a recomendação.	Setor de Compras	Foi recebido com a garantia que procurarão observar.	Cumprimento da Legislação.
Orientações sobre desvio de função de servidor	Para que houvesse uma observância neste tema.	Gabinete do Prefeito.	Orientação acatada.	Cumprimento da Legislação.
Orientação para que seja observado o prazo de entrega do Sfinge bimestral.	Para que seja cumprido os prazos legais	Setor de Contabilidade, RH, Compras.	Foi recebido com a garantia de ser observado.	Cumprimento da Legislação.

b) Recomendações pendentes:

Das recomendações expedidas pelo Controle Interno, até o momento pelo que verifiquei estão sendo acatadas.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

O município não convencionou nenhum contrato de gestão durante o exercício de 2017.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

O município não convencionou nenhum termo de parceria durante o exercício de 2017.

É o relatório.

Sul Brasil/SC, 28 de fevereiro de 2018.

Éder Ivan Marmitt
Prefeito Municipal
Gestor à Época